

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

PAPÉIS JESUÍTAS NAS COLEÇÕES DA BA: notas para um contexto

Fátima Gomes

(Biblioteca da Ajuda)

Começamos pelo começo: o título. Se a temática que nos reuniu foi a dos papéis jesuítas da missão da China, ela não é compreensível fora do universo geral da 'escrita jesuíta', isto é, fora da importância reconhecida pela Companhia de Jesus à palavra escrita que se tornou o centro e peça fundamental da estrutura da Ordem, desde a sua fundação, a par, lembremos, de uma obediência estrita e declarada à autoridade papal. A par disto, vemos a Companhia desenvolver-se como um corpo institucional, com uma penetração muito relevante no espaço sócio-político europeu, tornando-se os seus 'sócios' conselheiros e confessores de reis e príncipes e professores da classe letrada. Os papéis, enquanto objectos de análise, são, em bom rigor, papéis com tinta, espécies de arquivo e de biblioteca. No caso vertente, são de duas tipologias: impressos e manuscritos, incluindo-se nelas os mapas e os desenhos em que aqueles também se desdobram. Mas o apelo conceptual aos "papéis" é a indicação de que são os manuscritos que na Biblioteca da Ajuda mais imediatamente nos conduzem ao universo jesuíta, na sua expressão de missionação no Oriente e, principalmente, na China. São, pois, na sua forma, mas também na variação do seu conteúdo, essencialmente 'jesuítas'. A predominância do género epistolar, na mais óbvia recolha destes papéis à guarda da BA, com destinatários que eram público-alvo diferenciado e, por isso, requerendo conteúdos diferenciados – entre os níveis da hierarquia da Companhia, de Irmãos para superiores, de Irmãos no Oriente para Irmãos na Europa e de superiores para autoridades eclesiásticas e civis – aproxima-nos da variedade de interesses e de actuações da Companhia, particularmente importantes no caso do Oriente para uma visão 'objectiva'/'educada' de um mundo em descoberta simultânea.¹ Permitem, ainda, enquanto objectos com valor próprio, um diálogo "edificante" com uma variedade de campos teóricos de investigação de que o painel aqui reunido é muito representativo.

DUAS COLECÇÕES da BA guardam a maioria dos textos de, ou relativos a, os missionários jesuítas nas missões do Padroado do Oriente, nomeadamente na China: a "Rerum Lusitanicarum / Symmicta Lusitanica" e os "Jesuítas na Ásia". Embora não esgotem o universo documental a que hoje nos dedicamos, a sua unidade orgânica – embora factícia no aspecto material com que hoje se apresentam – é a característica distintiva que nos leva a privilegiá-las, tomando-as como foco deste texto. Lembro que as duas têm sido, historicamente de formas diversas, um dos principais catalizadores da atenção de investigadores de todo o mundo para a Biblioteca da Ajuda e o seu acervo. Se os 'Jesuítas na Ásia' são invocados nacionalmente desde final do séc. XIX², é principalmente no séc. XX, e a partir de finais dos

¹ A instituição da diocese de Goa data de 1534 e o início 'oficial' da missionação no Japão de 1543.

² Embora haja referências a este fundo documental na comunidade académica desde o final do século XIX (P. J.M. Cros, SJ, 1894-5, por ex.), associadas a investigações monográficas sobre assuntos diversos que conduziram à chamada de atenção pública, mais ou menos eufórica, para a sua importância é a primeira ordenação arquivística de 1941 que divulga e organiza internamente o corpo da colecção. Para esta história da consulta inicial da colecção cf. "Biblioteca da Ajuda – Revista de Divulgação", *op. cit.*, pp 109-112. A ordenação topográfica, e o seu 'isolamento'

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

anos 30, por efeito do catálogo elaborado pelo Prof. Yoshitomo Okamoto, que divulgou o conteúdo do conjunto documental, até aí integrado na colecção dos “Manuscritos da Coroa”, alcançando a comunidade académica internacional.

Já a ‘Symmicta Lusitanica’, subtítulo da colecção “Rerum Lusitanicarum” que se aplica aos vols. 8º a 59º, é conhecida e utilizada desde, pelo menos, a gestão de Alexandre Herculano. Há evidências no arquivo histórico da BA de circulação de cópias para comprovação factual de investigações e monografias em várias áreas da história portuguesa de que a utilização pelo Visconde Santarém no seu “Quadro Elementar...”, ou no “Corpo diplomático português...”, que promoveu e compilou até ao 15º vol., é exemplo do conhecimento deste conjunto pelos investigadores nacionais. Um dos grandes momentos de divulgação desta colectânea documental parece ter determinado o seu relativo abandono como fonte primária importante e, consequentemente, a avaliação objectiva do seu conteúdo; tal foi o teor da carta enviada ao amigo João Pedro da Costa Basto, por Alexandre Herculano, em 1873/4, e originalmente publicada no “Arquivo Histórico Português”, de que relembramos aqui 3 afirmações:

“(…). É conhecida pelo título de Symmicta Lusitana, título que aliás só pertence a uma parte dela. Compõe-se hoje de duzentos e tantos volumes, tendo-se extraviado alguns na ida de D. João VI para o Brasil, ou na volta dele a Portugal. Do Índice geral, que ainda resta, se deduz que a perda não foi importante. (...).

(...). Destes [arquivos do Vaticano e outros cartórios e bibliotecas de Roma] tiraram-se na verdade documentos e memórias, muitos dos quais são importantes e curiosos. Tais são os 3 volumes relativos à Inquisição e aos judeus, várias bulas relativas à nossa Idade Média, etc. Do Vaticano é que nada se tirou. É verdade que /f. 47/ muitas vezes se cita à margem o lugar dos Arquivos Pontifícios onde o original está; mas é fácil de conhecer que o documento foi copiado de um livro impresso, onde se achava publicado. (...)

A parte desta mole indigesta de volumes in-folio aproveitável para a história, ou ainda apenas interessante, é assaz diminuta. Os volumes que contêm mais cousas úteis são os que pertencem à Symmicta, posto que encerrem muitos papéis de nenhum momento.

E relativamente aos textos sobre a China: *“(...). Um dos assuntos que ocupa larga série de volumes é a colecção de memórias acerca da China dos missionários lazaristas franceses, Maigrot, Visdelou, etc., com quem tanto brigaram os jesuítas (brigas cuja história escandalosa seria a prova irrefragável do que são e o que valem essas missões e corporações). ... Tudo coisas que mediocramente nos importam. (...).³*

E se a atenção de Herculano e de outros intelectuais do séc. XIX não estava dirigida a esta temática (ainda), presa no projecto de resgatar os arquivos nacionais da entropia que os aniquilava, dificilmente se pode hoje em dia validar a avaliação qualitativa das matérias contidas nas cópias dos códices e papéis romanos constitutivos da “Rerum Lusitanicarum”, designadamente os referentes às relações (nem sempre fáceis ou claras) entre os vários

da restante documentação em que se encontrava inserida, parece ser obra de Ramalho Ortigão [gerência entre 1894 e 1910], continuando o trabalho de ‘arrumação e classificação’ de Alexandre Herculano [gerência entre 1839 e 1877], como veremos abaixo.

³ Carta referida de A. Herculano, transcrita por E. Brazão, *D. João V. Subsídios ...*, op. cit., p. 43-48

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

intervenientes na gestão e limites do padroado português do Oriente. As cópias de documentos ou a organização de papéis variados de arquivo em maços individualizados, embora por vezes com aparente pouco clara e imediata racionalidade, são fontes fundamentais para a avaliação das relações externas do reinado de D. João V, numa leitura diversa daquela que os memoriais e as cartas régias com instruções para os embaixadores, por exemplo, nos dão. A produção histórica recente sobre o reinado do Magnânimo, na sua acção cultural externa, trouxe à luz documentação que expressa uma estratégia de gestão que não se esgotava nos gastos luxuosos e/ou extravagantes permitidos por uma abundância conjuntural de ouro. Pagavam-se com acções de aparato os 'favores' obtidos na Cúria para concretização dos desejos e desideratos de um rei, consciente da necessidade de afirmação internacional de um país há pouco independente e cuja dimensão geográfica europeia contrariava a extensão do seu poder mundial.

GÉNESE E CARACTERIZAÇÃO DOS "Jesuítas na Ásia."

A colecção dos Jesuítas na Ásia, bastas vezes referenciada e em diversas publicações apresentada ao público⁴, compõe-se de um conjunto de 62 códices, sequenciados topograficamente, e de alguns outros códices com a mesma origem. Daqueles, o último (49-VI-11) não pertence propriamente à colecção já que se refere à província jesuíta austríaca e pertenceu ao noviciado jesuíta na Índia; os respeitantes à Província do Japão e Vice-província da China constituem a parte mais representativa do corpo de cópias, sendo 8 relativos às missões do Tonquim, Cochinchina e Cambodja. Os 2 iniciais (49-IV-49 e 50) são originais do séc. XVI, cuja proveniência é tradicionalmente atribuída à incorporação dos bens jesuítas na Coroa, após a expulsão, e estariam provavelmente no Colégio de Sto. Antão onde funcionou a Procuratura do Japão em Lisboa. Todos os outros são cópias do séc. XVIII do arquivo jesuíta mantido na Igreja da Madre de Deus de Macau e realizadas sobre a orientação do P.e José Montanha, SJ, o qual foi substituído ao fim de 2 anos pelo Irmão João Álvares, SJ, a quem coube a maior parte da sua realização, por partida para a Conchichina do primeiro. De ambos há marcas nos documentos, tendo o P. Montanha enviado alguns maços correspondentes à História do Bispado do Japão⁵ para a Academia Real de História e o Irmão João Álvares assinou grande número de treslados de documentos do arquivo e parece ter sido o autor de diversos documentos dos anos de 1746-47-48 relativos à história da missão do Tonquim e "às coisas da grande Província do Japão", nesta época já dominada pelas províncias do centro-sul da China, após a autonomização geográfica e de influência determinada pela fundação das dioceses de

⁴ Cf. Bibliografia para uma pequena listagem de artigos/estudos que tomam a colecção dos "J. A." como temática.

⁵ *Apparatos para a historia do bispado de Macau*, título de cópias do códice existente no Arquivo Histórico Ultramarino (2ª parte da *Historia do Japão*) e em 3 códices da BNP (n.os 8448, 11098 e 11099). Nos "Jesuítas na Ásia" aparece como *Apparatos para a historia (eclesiástica do bispado) do Japão*, BA 49-IV-54, correspondendo à 1ª parte (1549-1578) e ao índice geral da *Historia do Japão* do P. Luís Froes e o códice 49-IV-57 correspondente à 3ª parte dessa história (1588-1593). Para a história deste ms. do P. Luís Fróis, cf. Introdução de J. Wicki, (pp. 20* a 24*, especialmente) à *História do Japam* / P. Luis Froes, *op. cit.*, já que é exemplar dos "descaminhos" e confusões de atribuição que sofreram vários textos de jesuítas do Oriente conhecidos por cópias posteriores.

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

Pequim e Nanquim⁶. Também o Irmão João Álvares deixa um testemunho da sua participação nesta actividade de cópia dizendo, em 1745, ao P.e Domingos Pinheiro, Vice-Provincial:

P. C.

Como estou encarregado de mandar trasladar a Secretaria da Provincia de Japam começando no anno de 1549; e nesta Sacretaria da provincia achei a carta do P.e Vezitador Phelippe Grimaldi, mando o traslado da dita Carta a V. R.^a e assim peço a V. R.^a, que mande V. R.^a uer no Cartorio do Collegio de Pekim que papeis estam lá; e julgando V. R.^a que devem ficar em Pekim, mande V. R.^a os treslados para eu os ajuntar aos que estam nesta Sacretaria, para os mǎdar trasladar, que o P.e Jozeph Montanha corria com os ditos treslados, e como o d.^o P.e se embarcou, e eu fiquey correndo com o cuidado de mandar trasladar, e tenho sete escriptaens actualmente, não se oferece mais do que muitas occasioens de servir a V. R.^a.

*E sendo grandes tratados, viram quando vierem os moços buscar os provimentos. 28 de Abril de 1745.*⁷

A esta carta responde o Vice-Provincial Domingos Pinheiro, informando das suas diligências em Pequim, as quais parecem ser a origem dos documentos que integram o códice dos “J.A.” trasladados do Arquivo de Pequim⁸:

P. C.

Receby a sua carta juntamente com a ordem do R. P.e Visitador Grimaldi, ex vi, das quaes me pedia algumas noticias que estivessem neste Cartorio de Pekim pertencentes as couzas Sinicas; Respondo que fiz diligencia, e examiney os papeis que estavam na minha mão, e poder, e deles lhe remeto por estes moços, q/ aqui vieram conduzir os nossos P.P., os que achei pertenciaõ ao que pedia, ou podiam servir para o fim que se dezeja; os demais estaram no Cartorio do Collegio de que trata o R.^a P.e Vizitador Ignacio Kegler ao qual remeto a sua carta, e mais ordem do P.e Vizitador Grimalde (...) a elle poderá o Irmaõ Alvres recorrer e pedir-lhe os de mais papeis, e documentos que houver; por que eu somente mando os que estavam na minha mão, e poder; (...)

*Os papeis que aqui achei uaõ remetidos ao R. P. P.or Luiz de Sequeira de quem os haverá; e depois de lidos ou trasladados, lhos tornará a entregar, para elle os remeter p.^a aqui.*⁹

E, uns meses depois, os mesmos interlocutores falam sobre esta tarefa que o irmão João Álvares tem entre mãos, insinuando o projecto mais alargado de resgate dos papéis ‘adormecidos’ nos arquivos da China das instalações da Companhia e o empenho no mesmo:

⁶ Criadas em Abril de 1690, pela bula "Romanus Pontifex" de Clemente VIII, dentro das disputas territoriais de influência no Oriente da Congregação da Propaganda Fide -, através da Sociedade para as Missões Estrangeiras de Paris (M.E.P.) e dos Vigários Apostólicos - relativamente ao Padroado português do Oriente. Mantiveram-se até 1856.

⁷ “Anno de 1745 / Carta do irmão Joaõ Alvres [sic] Proc.or de Japaõ de 28 de Abril do d.to anno ao P.e V. Prouinc.l”, BA 49-V-25, fl. 121 (132). Esta afirmação é parcialmente transcrita pelo P. António Silva Rego no texto sobre a colecção dos “Jesuítas na Ásia”, incluído na *Revista da Biblioteca da Ajuda*, p. 106, op. cit.. Julgo importante a sua transcrição alargada para a história a fazer-se da colecção. Pretendemos também com isto mostrar a importância da colecção como fonte primária e auto-fundamentada, já que a(s) carta(s) transcrita(s) integra(m) também a(s) cópia(s) dos “JA”. Pela mesma razão, acrescento a transcrição da resposta a esta, já que delas se depreende a actividade envolvida nesta cópia dos arquivos religiosos do Oriente e que não pode ser aqui desenvolvida.

⁸ Cf. 49-V-25, fls. 74-83, “Catalogus quorundam instrumentorum authenticorum, quae servantur in archivio Collegii S.J. Pekini” e 49-V-21: “Livro dos papeis que estavam na residencia de S. Joseph de Pekim: 1690-1727”.

⁹ “Carta do P.e V. Prov.l Domingos Pinheyro de 27 de Junho do dt.^o ano 745 em resposta da carta assima ao Irmaõ Joaõ Alvres.”, BA 49-V-29, fl. 121r-v.

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

Anno de 1746

Carta do P.e Domingos Pi-

nheyro de 2 de Janr.^o do dt.^o a[no]

ao Irmaõ João Alvres Proc.or

da Prov.^o de Japam.

P. C.

Receby a sua carta, na qual me falava **nas noticias q/ dezeja ter do cartório, ou Archivo do collegio.** Nelle mesmo estava eu quando me chegou a sua carta, a qual logo dey a ler ao R. P. Antonio Gogeul (?) [Anton Gogeisl] V. Reytor, dizendo-lhe que elle cumprisse o que o Ir[maõ] Alvres pedia, **porque era couza para o bem comum da Missam.**

Com que se elle se descuidar disto, o Irmaõ Alvres lho torne a lembrar, ou p.^a melhor dizer **peça ahi ao R. P. V. Prou.l meu sucessor Luiz de Sequeira, q/ lho lembre, e ordene, que o faça se assim lhe parecer a Sua Reverencia,** e eu fui muito prompto para servir ao meu Irmaõ Alvres em tudo o que puder e me ocupar. (...). Pekim 2 de Janeyro de 1746. Seu Servo e Ir[maõ] em Christo Jesus – Domingos Pinheyro. (BA 49-V-29, Fl. 123 (140))

Curiosamente, e sem nenhuma explicação expressa conhecida, as cópias passaram a ser enviadas para a Procuratura da Província do Japão, e não já para a Academia.

A necessidade de estabelecimento de um arquivo em Macau, relativo à Província do Japão/Vice-Província da China foi sentida desde cedo e foi uma das preocupações do P. Valignano, que o desejava para o Japão e China, à imagem do que tinha já sido estabelecido em Goa para a Índia. A mesma pretensão aparece em várias cartas dos Padres. O arquivo do Colégio de Macau mantinha documentação das relações com as autoridades administrativas, bem como, dos acontecimentos diários testemunhados pelos Padres nas missões, muitas vezes os únicos mediadores entre a população local, os portugueses estabelecidos e as autoridades administrativas portuguesas e chinesas. As cartas anuais são verdadeiros repositórios da vida quotidiana nas ‘casas’ jesuítas e, simultaneamente, fontes de descrições de acontecimentos da história imperial chinesa - com uma perspectiva privilegiada, porque educada e racional – e de situações (por vezes exageradas) ‘edificantes’ que visavam a captação de novos missionários de entre os irmãos na Europa.

Este trabalho de cópia do arquivo jesuíta da Província do Japão, promovido pela Real Academia da História Portuguesa, a que se juntou posteriormente uma motivação própria da Companhia de acautelamento dos arquivos, perante uma situação cada vez mais persecutória e ameaçadora por múltiplas condições externas, teve um percurso próprio a que o Padre Schütte dedicou grande parte da sua investigação, designando-o “Arquivo do Japão”, e que conseguiu reproduzir, perspectivando-o a partir da reconstituição dos originais (ou segundas cópias) que encontrou em três arquivos espanhóis.¹⁰ Não podendo reproduzir aqui a história acidentada do que seria o Arquivo de Macau, pretendemos deixar destacado o

¹⁰ Joseph Franz Schütte, S. J., *El “Archivo del Japón”. Vicissitudes del Archivo Jesuitico del extremo Oriente y descripcion del fondo existente en la Real Academia de Historia de Madrid*. Madrid: Real Academia de Historia, Fondo de Educación Nacional, 1964. Em português publicou 2 artigos na Rev. *Brotéria* que sumarizam a sua tese sobre o Arquivo do Japão. Cf. textos do A. em português, na Rev. *Brotéria*, vols. cit.

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

estabelecimento de uma correspondência entre as "seis ou sette mil folhas", identificadas como originais, e os índices de 25 volumes de cópias que são reconduzidos aos códices dos JA, permitindo fundamentar criticamente a génese desta colecção.

A colecção a que hoje chamamos "Jesuítas na Ásia" é um corpo orgânico, estabelecido como tal por Ramalho Ortigão, enquanto director da Real Biblioteca da Ajuda (1894-1910), que o autonomizou do conjunto documental conhecido como "Manuscritos da Coroa" - que acompanhara a Família Real no período do Brasil - sendo referidos os 59 códices de cópias setecentistas na rubrica "História Eclesiástica" do catálogo organizado por Luís dos Santos Marrocos, bibliotecário que acompanhou o envio da Biblioteca para o Brasil em 1810/11, e complementado por R. Ortigão, nomeadamente no estabelecimento deste corpo (BA 49-IX-44, fls. 56-67 e acrescentos finais). Tem a data de 1823 e refere nas folhas apenas, da mão de Ramalho Ortigão, que estas foram elaboradas a partir de bilhetes deixados pelo mesmo Luís dos Santos Marrocos. É também desta gestão o início do uso do nome actual da colecção, conforme deixámos referido acima. Integrando o que parece ser o conjunto mais coeso de documentação proveniente do Arquivo do Colégio da Madre de Deus em Macau, apesar das motivações que o originaram e que presidiram à sua selecção, é um espelho muito nítido da actuação da Companhia na China e das relações que estabeleceu com os diversos poderes políticos e religiosos em jogo no xadrez geo-político europeu dos séculos dezasseis a dezoito.¹¹ A sua prolificidade, enquanto objeto de investigação, é um indicador externo seguro da diversidade dos assuntos focados que, por sua vez, remete para a prática real da missão da Companhia no Oriente Extremo, para a sua história e, por ela, também, para a histórica política de Portugal.

A estes 61 códices, propriamente chamados de "Jesuítas na Ásia", são associados ainda, pela mesma proveniência ou origem das cópias:

46-VIII-35 - *Vocabulario da lingua de Iapam, com a Declaração em Português, feito por alguns Padres e Irmãos da Companhia de Iesu*. Com licença do Ordinário, e Superiores em Nangasaqui no Collegio de Japão da Companhia de Iesu. Anno de 1593. Em nota ms.: "Esta tresladada do Livro Emprenso [sic] que esta na secretaria da Provincia de Japão no Collegio de Macao, hoje 22 de Agosto de 1747. João Álvares." – Ms. com 801 fls.

46-XIII-11 e 12 – *Dictionarium Latino Lusitanium ac Iapponicum ex Ambrosii Calepini volumine depromptum...* - Namacusa, in Collegio Japponico Societatis Iesu cum facultate Superiorum. Anno MDXCV. Em nota adicionada: "No anno de 1738, mandou o P.e Domingos de Britto da Companhia de IESV o *Dictionarium*, para se mandar por na Procuratura da Provincia de Japão em Lisboa." – O 2º vol. inicia na letra R. - Mss. in folio com 606 + (até) 702

¹¹ Cf. para uma caracterização mais alargada da colecção e sua inclusão nas fontes mss. da BA, o nosso texto sobre fontes primárias para o estudo de Macau (em inglês), apresentado no 2º Fórum Portugal-Macau, realizado no Instituto de Estudos Orientais da FCSP da Univ. Lisboa, em Outubro de 2011, e publicado pela Universidade de Macau com as actas das sessões e neste site do PNA também reproduzido.

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

54-V-13 – "Índia, 1580 Ago. ... *Summario de las cosas que pertenencem a la provincia de la India Oriental y al governo della, y compuesto por el p.e Alexandro Valignano, Visitador della, y dirigida a Nuestro P.e General Euerardo Mercuriano en el anno de 1580 en el mez de agosto*. Pert.: "António Joaquim de Aguiar Figueiredo". Tradicionalmente definido como uma cópia de ms. idêntico da Biblioteca Pública de Évora, com letra do séc. XVII.

44-XII-40 – *Apologia sive Responsio ad Declamationem R.P.F. Dominici Nauarrette Ordinis Predicatorum contra ritus sínicos, et Praxim Missionariorum Societ. IESV. / P. Francisco Brancati eiusdem Societatis. – In Urbe Cantonensi Regni Sinensis. An: MDCLXIX. – Texto em chinês e lat. Incluímos também este códice, pela sua autoria, génese e conteúdo, embora se encontre fora da época de produção das cópias dos "J. A."*.

Tradicionalmente, os códices 49-VI-11 e 12, *Scritture Original sopra gl'affari della China. T. 1º e 2º* – que seguem topograficamente a colecção dos "J. A." – foram associados a esta colecção, assim julgamos, devido ao título e conteúdo. No entanto, quer pelas características físicas, quer pelo ponto de vista dos documentos que juntam, estão mais próximos de alguns códices da *Rerum Lusitanicarum* e deverão também proceder de cópias enviadas de Roma.

GÉNESE E CARACTERIZAÇÃO DA "Rerum Lusitanicarum"

A colecção da BA, que se organiza sob o título geral de "Rerum Lusitanicarum", é constituída por 222 vols. + 4 vols. de índices + 1 vol. impresso, e corresponde à cópia setecentista de documentação de Itália, mais propriamente de Roma, relativa às "coisas de Portugal". Embora esta caracterização geral pareça apontar para um corpo homogéneo de cópias – como encontramos no "J. A." – a verdade é que isso é válido para uma grande parte da colecção, mas não para a totalidade dos volumes. Ocupa 9 prateleiras (4 + 5) de 2 estantes da Sala de Manuscritos da BA e apresenta-se fisicamente em 2 tamanhos, não muito diferentes (4º grande e pequeno). O seu conteúdo não aparenta ter uma estrutura global, estando a primeira metade (do ponto de vista da arrumação atual) mais organizada, pelo menos nos conteúdos imediatos como a gesta dos reis de Portugal, cópia integral de códices como a "Viagem do Cardeal Alessandrino...", ou as histórias da China de Visdelou, Maigrot e Fouquet.

Constituído inicialmente por 237 volumes, pela reconstituição feita aquando da limpeza e arrumação destes manuscritos, antes de 1880, e conferida por Ramalho Ortigão na sua ordenação topográfica da Biblioteca Real, vários perderam-se no caminho entre o Rio de Janeiro e o regresso, acompanhando a Família Real. Estes elementos, que se referem ao que hoje é uma colecção factícia no seu conjunto total, são várias vezes citados mas não o tem sido a sua fonte. Um autógrafo (tabela de faltas), aparentemente da época da gestão de Ramalho Ortigão, é a única fonte segura para as afirmações sobre o corpo da colecção e, pelo seu carácter perecível, parece-nos útil a sua transcrição parcial aqui:

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

“Por esta Tabella vê-se os vol.s que faltam na collecção primitiva, desde o 1º quartel do século 19º e a ordem numérica que por esta falta lhe deu Alexandre Herculano: ordem que vigorosamente [sic] se seguiu quando a mesma colecção foi encadernada em 1893 e 1894.”

NB 1º. Os volumes são 237, compreendidos os que faltão, e constão d’esta lembrança do Marrocos, o qual já os não achou; nem há coiza alguma porque se diga que erão 248, como se dis no assento assim; veja-se o Index geral.

NB 2º. Os volumes da Symmicta Lusitanica N.ºs 44, 45, 46, 47, 48, 49, que correspondem a 51, 52, 53, 54, 55, 56, da obra toda [Rerum Lusitanicarum] e que n’esta lembrança do Marrocos se diz que faltão, achão-se já nos logares, que lhes correspondem debaixo dos n.ºs 51 etc, com o titulo de Codex Diplomaticus Lusitanae etc. (...)” [referência aos códices copiados por Sampaio: 46-X-4 a 9].

Criada por iniciativa do Comendador Manuel Pereira de Sampaio, visava a constituição de um Arquivo da Corte em Roma, à semelhança dos existentes para outras legações, intento que exprime em carta ao P.e Giovanni Carbone, SJ, o qual assumia a função de intermediário real para os ‘negócios de Roma’, ou seja, o interlocutor ‘oficial’ do nosso representante na Cúria.¹² A correspondência entre Carbone e Pereira de Sampaio ocupa vários códices da Biblioteca da Ajuda e aparece elencada— com algumas cotas antigas — na obra de E. Brasão, *D. João V. Subsídios...*, (op. cit) onde é avaliada a actuação deste nosso Ministro¹³. Nessas largas centenas de páginas de correspondência, a constituição da “Rerum” é referenciada em algumas destas, no ano de 1744, não sendo, contudo, um assunto dominante. Lembremos aqui as principais citações:

Carta 731 - 1744 Fev. 8: Remeto tambem hum Indice recopilado do Archivio da Coroa, que tenho feito, parecendo-me ser hũ Serv.º m.to particular e de grande utilidade visto ser a única Coroa que nesta Corte não tinha Archivio, e visto não merecerem sem[elhan]te nome os poucos papeis que deixou o Bispo do Porto, constando a maior parte de Satiras dos Conclaves, como se pode ver da sua lista. (...). – BA 49-VII-34, fls. 26-28

A esta informação responde o P.e Carbone:

14/03/1744: Louvou m.to o mesmo S.or o cuidado de V. S. em fornecer o nosso Archivio dessa Curia [Rerum] de todos os papeis q. póde descobrir pertencentes à nossa Coroa; com tudo pelo Index q. V. S. remeteo se vê q. lhe falta ainda muita couza. Pelo q. manda S. Mag[estad]e recomendar a V. S. que complete hu[m]a obra tão louvavel, e importante. – BA 49-VIII-41, fl. 21

¹² Durante vários anos Pereira de Sampaio é agente da Corte portuguesa sem título oficial, estabelecendo-se naquela cidade durante o tempo de Fr. José Maria da Fonseca e Évora. A partir de finais dos anos de 1730 assiste-se a um aumento das encomendas e dos pedidos de documentos, para diversas obras de carácter religioso em construção na capital e para o despacho de assuntos nacionais pendentes na Cúria, às quais dá resposta satisfatória, conseguindo a nomeação de embaixador em 1742 substituindo neste cargo o Bispo eleito do Porto. Eduardo Brasão sumariza a estadia de Manuel Pereira de Sampaio em Roma, os serviços que prestou à Coroa e trata especificamente desta questão do arquivo real ou *Rerum Lusitanicarum*. Sigo este trabalho de perto aqui por ser o único que conheço que tem esta colecção por objecto de análise, a partir de fontes primárias. Cf. 49-VIII-40, cartas das pp. 179, 205 e 345 para a nomeação de Sampaio como Ministro da Coroa em Roma e suas consequências.

¹³ Actualmente os códices encontram-se sob os n.os: 49-VII-22 a 36 – de Sampaio, em Roma, para Carbone (e outros) em Lisboa; 49-VIII-39 a 41 e 49-IX-1 – de Carbone, em Lisboa, para Sampaio em Roma; e 51-X-31 e 32 – de Carbone para Sampaio. Incluídos no *Guia dos Mss. da Ajuda / A. da Siva Rego* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966) onde é indicada a cronologia das cartas.

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

E, pouco depois, volta o Comendador a referir, a Carbone, o andamento deste seu trabalho:
Carta nº. 738, último parágrafo - Roma, 12 de Abril 1744: *Sobre o Archivio, em que tanto me tenho aplicado, devo dizer q/ independentem.te dos avizos, que V. P. me faz para q/ se augmente, tenho continuado sempre e vou continuando nas diligencias de tudo, q.to se possa descobrir nas mat[e]r[i]as, que nos tocam, e com eff[ei]to m[ui]tos mais papeis e noticias, das que foram no Index, q/ remeti, se vão copiando p. ^a ditto Archivio, q/ será hũ dos melhores q/ tem nesta Corte as Estrangeiras. - BA 49-VII-34, fl. 94.*

Em roda-pé de carta para Alexandre de Gusmão – agente de Portugal em Roma desde o ministério do Conde das Galveias, André de Melo e Castro - pede Sampaio:

Roma, 8 Fev. 1744 [em nota final de roda-pé, fl. 37]: *De V. S.^a / A q.m pesso queira por curiosidade passar pelos olhos hũ Index, recopilado do Archivio, q. aqui tenho feito p.^a a Coroa, cujo Index mando hoje, parecendome que não seja de pequena vantagem ao Ministério de Roma, e também p.^a a Corte por m[ui]tos tit[ul]os. - BA 49-VII-34, fls. 36-37.*

Estas parcas referências são o que a investigação histórica conseguiu recuperar das fontes indirectas, disponíveis na Biblioteca da Ajuda, relativamente à génese da colecção. Dentro desta, os 5 volumes de índices são o único instrumento de acesso às matérias de que trata e aos documentos que colige, sendo que um destes volumes traz uma “Advertência”, que é o principal documento relativo à intenção e processo (inicial) de organização dos papéis relativos a Portugal e suas conquistas existentes nos arquivos romanos: o códice 47-XII-24. Este códice, diferente dos restantes na encadernação em pergaminho e na letra e forma cuidadas, corresponde ao Índice dos 30 primeiros volumes da colecção e complementa a informação patente no rosto do 1º volume, do Tomo 1, do índice geral (47-XII-20 = T.1, pt. 1; 47-XII-21 = T.1, pt.2. sem rosto), onde Manuel Pereira de Sampaio se apresenta como compilador e organizador de 109 volumes, distribuídos por 2 volumes de índices de que este é o Tomo inicial:

D. Emmanuel Pereyra de Sampayo
In Volumina CIX / Colligit curavit,
Indices duo / Quorum prior...

O Tomo 2, com uma única parte, corresponde à cota 47-XII-22 e apresenta-se como a continuação do tomo anterior, referido como:

[Idem como acima e]
Et ad CCXXX auxit / Indices duo
Quorum prior, et Secundus (...)

Estes 3 volumes são o Índice geral da colecção, sendo que este último tem um Apêndice colado, provavelmente da mão de A. Herculano, onde são catalogados alguns volumes não incluídos. Nota manuscrita, da mão de um bibliotecário em letra moderna, chama a atenção para os erros de encadernação, para a troca dos índices de 2 vols. (o 40 pelo 49) e para a possibilidade de não existir, em alguns casos, relação directa entre o conteúdo documental e as notícias que os indiciam. Estas dificuldades foram já confirmadas pela signatária no trabalho em curso de inventário dos códices e seu confronto com os índices.

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

Qual será, então, a informação adicional que nos é dada pelo *Avvertimento* introdutório do índice dos primeiros 30 volumes (47-XII-24)? Ao nome de Sampaio, como compilador, aparece associado, como executante deste trabalho de recolha documental e transcritor (?), o nome de Evodio Assemani, Bispo de Apameia, o qual recebeu diversas (e avultadas) quantias pelo trabalho de selecção, recolha, transcrição e envio para encadernação, entre os anos de 1743 e 1745. Eduardo Brasão remete já no seu texto¹⁴ para o *Libro Maestro* das contas de Roma, anos de 1731 a 1747, onde são sumariados os pagamentos efectuados. No entanto, no códice dos recibos correspondentes – 49-VIII-14 – sob o nº 427, encontramos a listagem discriminada das quantias recebidas e a descrição dos trabalhos efectuados, a qual permite esclarecer algumas das dúvidas que o exame externo e global desta colecção desde logo levantam. Sampaio terá de facto sido o promotor desta iniciativa, embora os 109 códices que lhe são atribuídos – e que não lhe são directa e expressamente reconduzidos pelas cartas atrás referidas, mas sim deduzidos a partir do rosto do Tomo 1 (em 2 partes) do Índice geral da colecção – pareçam ser devidos a Mons. Evodio Assemani, Prefeito da Vaticana entre 1768 e 1782¹⁵. A exceção a esta afirmação materializa-se nos 7 códices expressamente referidos a Manuel Pereira de Sampaio, 46-XI-4 a 10 (sendo este último o índice dos anteriores) e cujo título “Codex Diplomaticus Lusitanae ...” é seguido, no rosto, pela indicação “Summa cura, labore[ue] collecta, ac in ordinem digesta opera et studio Emmanuelis Pereyra Sampayo ...”. Estes 7 códices são de menores dimensões que os que os precedem e continuam (27X20,5cm), embora com a mesma encadernação e tipo de portada das cópias atribuíveis a Assemani e correspondentes ao descrito no recibo destes trabalhos¹⁶. Assim, o trabalho de constituição de um Arquivo da Legação Portuguesa em Roma, e contrariando a avaliação que Sampaio faz dos “papéis deixados pelo Bispo do Porto” (cf. p. 7 acima), vem também a ser uma organização e cópia dos documentos já extraídos em diferentes ocasiões, para responder a diferentes necessidades, explicando-se assim a sua variação e aparente ‘confusão’, principalmente nos volumes finais¹⁷. Para terminar esta incursão pelos documentos que podem guardar a história da génese desta colecção, dos cerca de 30 códices referentes a pagamentos em Itália existentes na Biblioteca da Ajuda, encontramos mais uma referência a contas que serão de trabalhos ou materiais desta colecção mas que ainda não conseguimos explorar e confrontar internamente, e que são as do “Archivio Real”, como tal listado na letra “A” do *Libro Maestro* referido acima. Quanto a

¹⁴ D. João V. *Subsídios...*, op. cit., pp. 39-40

¹⁵ Veja-se a biografia integrada em *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti iniziata dall'Istituto Giovanni Treccani*, acessível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/stefano-evodio-assemani_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/stefano-evodio-assemani_(Dizionario-Biografico)/) e a pequena nota biográfica de E. Brasão, op. cit., p. 40, para a destrinça de nomes dentro desta família de eruditos.

¹⁶ O códice 49-VIII-14, sob o nº 429, agrega a listagem dos pagamentos recebidos e dos trabalhos executados por Monsenhor Evodio Assemani, permitindo individualizar os trabalhos de recolha, cópia e encadernação de 109 códices que conseguimos associar aos volumes actuais da *Rerum* (46-IX-1 a 46-XII-21 [códices Maigrot] e 47-VIII-1 a 18. As primeiras 4 entradas desta listagem referem os Índices. Também por aqui se reconfirma a atribuição inequívoca dos 6 códices, mais o seu índice, ao Comendador Sampaio já que relativamente a eles (46-X-4 a 46-X-9) é discriminado o seguinte neste recibo geral de Mons. Assemani: “[Nº.] 55. Per la copia del vol. 52 in tit.º Symmicta & sev Cod. diplomat. Tom. 44 & Tanto questo, come li volumi segnati n.º 52. 53. 54. 55. 56. sono stati raccolti, e originali ?? [palavra quase ilegível] ----- dal Sig. r Comm----- Sampaio, e però non entrano nel presente Conto, benche seano inclusi nella Serie di questa Raccolta.”

¹⁷ Remeto aqui para o elenco da colecção, a partir dos títulos gerais dos volumes, efectuado por Brasão, op. cit., em nota nas pp. 41-46, o qual permite uma visão de conjunto desta.

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

Pompilio Rodottá, hipótese colocada por Brasão como outro dos copistas da colecção¹⁸, os recibos que encontramos dele dizem respeito à cópia e tradução de textos gregos e à compra de obras por ordem régia. Relativamente ao P.e Oduardo de S. Francesco Saverio, cuja conta é também indicada por Brasão (*op. cit.*, p. 39), há que distinguir as despesas já que este também terá recebido por encomenda, encadernação e provisão de livros, no ano de 1745, Ago. e Nov., um valor perto dos 2000:00 escudos romanos¹⁹. A conta indicada, embora saldada a "P.e Lettore Edoardo de S. Francisco Saverio", aparece elencada sob a rubrica 'Archivio Real' onde é associada a um pagamento geral efectuado a Mons. Evodio Assemani. É aqui, julgamos, que podemos associar estes 2 trabalhos a "Rerum" a partir da sua intencionalidade inicial e que é depois comprovada na discriminação das despesas efectuadas nos livros que juntam os recibos.

O outro trabalhador associado à cópia e preparação destes papéis é mencionado em 2 parcelas dos recibos de Evodio Assemani e referido como "o arquivista", que terá recebido por 'sub-contratação' do próprio Assemani. Mais pagamentos relativos à *Rerum* poderão vir a confirmar-se por análise interna e confronto de parcelas de pagamentos relativas a encadernações, recolhas documentais ou mesmo papel dentro dos múltiplos códices que contém as contas de Roma nesta Biblioteca, principalmente à época de D. João V.

Deixamos aqui apenas referido que o estado aparentemente 'caótico' e desalinhado da colecção pode também estar associado a esta concretização por mãos e cabeças diversas. O recurso abundante a originais do próprio Assemani, ou da colecção Chisiana da Vaticana, podem ser também reconduzidos à facilidade de acesso a essas colecções, enquanto funcionário da Vaticana, em relação a cujo fundo manuscrito teve, com seu tio Simone Assemani, o projecto de elaboração de 1 catálogo geral que teria mais de 20 volumes e que acabou por ficar em três.²⁰ Para terminar esta brevíssima incursão na história da génese da colecção, lembramos que a colaboração de Assemani com Sampaio nesta tarefa de recolha, selecção e transcrição dos papéis relativos a Portugal, seguiu o que parece ser a teia de interesses e troca de favores em que se moviam as cortes europeias no séc. XVIII e que, de um modo geral, não pode ser lida apenas à luz de processos de corrupção administrativa ou negocial. Assim, uma carta de Sampaio para Carbone refere o lugar que o Arcebispo de Apameia deseja ter em Portugal, de acordo com a sua vasta erudição e saber.²¹ Pelo que sabemos da biografia do dito Arcebispo de Apameia, não terá chegado a vir para Portugal; no entanto, é de assinalar a reputação cultural e científica do país, granjeada em Roma durante o reinado de D. João V, a que não será alheia a ideia de uma abundância de dinheiro, de fácil consecução, retirada das muitas e preciosas encomendas para obras em curso no país,

¹⁸ Cf. Brasão, *op. cit.*, p. 39, nota (1).

¹⁹ *Libro Maestro*, 46-XIII-10, nº 275.

²⁰ Veja-se a história da Biblioteca Vaticana constante da página de abertura do *site*, na fase intermédia.

²¹ BA 49-VII-34, fls. 308-311v.: Carta Soli — Roma, 23 de Janeiro de 1745: "(...)§ Monsenhor Evodio Assemani Arcebispo de Appameia de rito grego, he sogeito dos mais eruditos q/ há nesta Corte, e cheio de infinitos estudos Latinos, gregos, siríacos, e Caldeos; dezeja empregarse nessa Corte em qualquer imcumb.ª ainda que seja a de Diretor de algum Seminario pª. estudos da historia ecclesiastica, profana, e das Lingoas q/ insinuo: eu o proponho; elle se contenta de couza honesta com que viva; se servir hirá logo; se pois não servir importa pouco." (fl. 311v.)

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

largamente anunciadas na imprensa periódica, os presentes distribuídos na Cúria e a colaboração régia em projectos culturais, religiosos e políticos de Roma.

A colecção é prioritariamente uma miscelânea documental que integra um conjunto alargado de códices relativos à missionação no Oriente das várias ordens, destacando-se os textos relativos à, ou da, Companhia, enquanto 'braço avançado' das pretensões portuguesas de domínio, principalmente no confronto com os objectivos da Sacra Congregatio de Propaganda Fide. Este confronto traduziu-se num braço de ferro sobre a jurisdição e a extensão dos poderes de duas das instituições que mais marcaram o século XVII na Europa, geopoliticamente muito distante da estabilidade de fronteiras que virá a ter no séc. XVIII e na apresentação dos argumentos do *juspatronato* português em relação ao Padroado do Oriente. Geograficamente, são as missões do Tonquim, Conchinchina e Cambodja - dominantes nos códices mais marcadamente político-religiosos – por serem os territórios em disputa direta com os Vigários e os Padres franceses, jesuítas também, que incarnam o objectivo de domínio dos mercados orientais e de afirmação externa por Luís XIV. A China é ponto de discórdia, por ter oferecido a ocasião de se colocar de forma pública e muito panfletária a questão dos Ritos Chineses, e do modelo de missionação jesuíta, a qual foi também instrumentalizada como arma nas negociações territoriais entre as várias ordens religiosas, e entre Portugal e a Santa Sé. Não parece tanto estar em causa um problema canónico grave, qual seja o do nome de Deus e os da qualidade e natureza dos rituais confucionistas - que aliás foi um tema inicialmente discutido dentro da própria Companhia, sem se ter chegado a nenhuma conclusão importante mantendo-se as práticas – que foi resolvido por Bula apenas em 1742, mas principalmente um problema de domínio e de jurisdição que, sendo religiosa, era, na prática, temporal. Lembremos que a natureza do Padroado, enquanto conjunto de direitos e privilégios doados pela Santa Sé aos reis portugueses era, como muito bem resume a questão o P.e António Rego²², um "privilégio oneroso" que garantia a participação dos Reis de Portugal na função evangelizadora da igreja católica romana, pelas armas e pela manutenção das igrejas criadas e do clero que as povoava.

Por outro lado, a origem e localização deste Arquivo, só por si, determina a dominância dos assuntos religiosos, embora aqui explorados a um nível que podemos chamar de superior, ligado às decisões e às relações diplomáticas entre cortes (mais do que países no sentido contemporâneo do termo), entre os órgãos administrativos de Roma (Secretarias dos Breves, de Estado, etc.; Dataria, Câmara Apostólica e as diversas congregações) e entre as várias Ordens religiosas que têm a missionação como desígnio próprio, a saber: os Franciscanos, os Jesuítas ou os Agostinhos. Mas, lembremos, o objectivo de recolha desta documentação visava o apoio do funcionamento do ministério português e a resolução de "negócios" importantes para a Coroa portuguesa, quer se tratasse de pedidos do rei ou de particulares nobres e religiosos, junto dos diversos órgãos administrativos pontifícios. Estes 'negócios' apelavam muitas vezes à jurisprudência e consequente recolha do que havia sido antes analisado,

²² Cf. cap. 1 e 2 da obra cit. *O Padroado português do Oriente*. Muito esclarecedora pela clareza da exposição em estilo de resumo, deixa abertas várias pistas de compreensão do que estava em causa numa época em que o direito de patronato português era amplamente conhecido e cobiçado. Deixo aqui apenas referências mantendo em vista uma exposição futura que possa associar documentação política e religiosa, nesta questão particular.

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

debatido e resolvido, numa época histórica dominada pela afirmação exterior dos poderes régios e que em Portugal foi muito marcada pelo fim da "união ibérica" e pelos inúmeros problemas que deixou para resolver, nomeadamente no respeitante a títulos, rendas e terras da nobreza. São estas questões de carácter político-administrativo que requerem -, a par da já referida petição acelerada de certidões, cópias de documentação papal, cerimoniais eclesiásticos, papéis de arquitectura e iconografia para as obras públicas e religiosas em curso - a emissão das aparentes excessivas e desorganizadas cópias que dominam os códices da *Rerum*.

Relativamente às "coisas jesuítas", principalmente no Extremo Oriente e, particularmente, na China, encontramos códices que recolhem as actas das reuniões particulares da Propaganda Fide, onde os argumentos jesuítas, apresentados em exposições escritas produzidas pelos níveis superiores da hierarquia, são debatidos, contrariados - cód. 46-X-23 e 46-XI-1, por ex.²³ - e confrontados com outras informações do terreno. As conclusões destas reuniões, sob a forma de recomendações ou de diretrizes para a execução de determinadas acções concretas, têm como consequência geral a determinação de rumos de acção e estratégias negociais cujos efeitos se fazem sentir na prática quotidiana das missões e residências na China. É, ainda também, por estes códices que juntam documentação dos arquivos da Secretaria de Estado, da Datária Apostólica ou do S. Congregação dos Consistórios que podemos aceder à colocação do problema da gestão dos territórios mais distantes do Padroado português e à percepção interna da autoridade relativa do Papa, do Rei de Portugal e de outros intervenientes conjunturais, em evolução constante por forças externas, como as *Missions étrangères*, ou atitudes personalizadas dos principais actores²⁴.

Um outro universo "jesuíta" em destaque na colecção - e que será talvez aquele que Herculano tinha em mente ao escrever a carta sobre esta documentação - é o das obras sobre a China, produzidas pelos académicos franceses, jesuítas ou elementos das *Missions*

²³ "Scritture varie della Sagra Congregatione de Propaganda Fide, appartenente alle Missioni della Cina, Tunchino, e daltre parti dell'Indie Orientali." [vol. XLVII, fl. 1, à margem] "Ex Cod. Bibliothecæ Alterianæ de Urbe sign. Pil. 28 G. nº P.mo" *Rerum Lusitanicarum; Symmicta Lusitanica* 2 vols., 2 tomos: Vol. XLVII e XLVIII, tom. 40. e 41. Esta mesma temática é retomada cronologicamente nos 2 códices seguintes, vols. XLIX e L.

²⁴ Para a organização dos arquivos do Vaticano, no início do séc. XX, sua génese e instrumentos de acesso veja-se o texto do Conde de Tovar sobre manuscritos relativos a Portugal nos arquivos do Vaticano, publicado na revista "Anais das Bibliotecas e Arquivos", números citados na Bibliografia, e que com grande clareza mostra a relação entre diversos arquivos vaticanos e a natureza e finalidade das instituições que serviam. Retenho aqui os números das espécies e proveniência arquivística dos documentos relativos a Portugal, listados pelo Conde de Tovar nestes arquivos romanos: **Arquivo da Secretaria de Estado** (p. 100): a) *Nunziature e Legazioni* - (...) "5º Portugal - São 222 volumes numerados 1 a 204; duplicações provenientes da incorporação de alguns volumes que se encontravam em "Diverse", alguns códices de cifras e copiadorees particulares dos núncios."; **Colecções diversas** (p. 102): [integra todos os arquivos ou bibliotecas de mss. que o Vaticano adquira por compra, herança ou doação] g) *Manoscritti di G. B. Confalonieri* (p. 102) - col. formada por Monsenhor Giambattista Confalonieri, custódio do arquivo do castelo de Santo Angelo de 1626-1632, com 89 vols. diversos relativos, principalmente, a Portugal e Espanha, de que são elencados 16 de Portugal; **Arquivo do Castelo de Santo Angelo** (p. 97): "(...), designado oficialmente por *Archivum Arcis* ou *Archivio Angelino*, consta quási exclusivamente de documentos soltos. (...) 60 volumes de índices antigos.(...) Todos esses índices antigos estão-se tornando obsoletos à medida que vai progredindo um novo inventário (...) [que] é um modelo de perfeição (...) e que constava já de oito grossos volumes (...) [destes retirou o A. uma lista com mais de 130 entradas relativas a Portugal].

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

Étrangères de Paris, que visavam principalmente o conhecimento 'científico' desta civilização e a racionalização da aproximação cultural. São disto exemplos as histórias e cronologias da China, por Claude de Visdelou e Fouquet, a descrição exaustiva dos rituais e religião sinenses, a partir da tradução dos clássicos confucionistas, de Charles Maigrot, M.E.P., sendo que este conjunto ocupa 28 códices sequenciados, todos em latim. Contrariando a avaliação de A. Herculano, estes tratados, oferecidos ao Papa, são a expressão de uma 'nova' atitude perante a civilização chinesa e corresponderam a uma das perspectivas intelectuais em jogo, no último quartel do séc. XVII e princípio de XVIII, associada à criação e actuação da Sociedade para as Missões Estrangeiras, em França, e ao seu progressivo afastamento dos desígnios de Luís XIV relativamente ao 'comando' da missão na China. São ainda, por isto, uma fonte fundamental para o conhecimento de algumas atitudes religiosas, face às questões da missão e da relação com "o outro", que estabeleceram as bases para, por exemplo, a moderna etnologia, examinando criticamente as autoridades anteriores (padres da Companhia e de outras ordens), relativamente à fixação dos textos chineses em latim e discutindo as soluções apresentadas. Lembremos que estes autores franceses estiveram no centro da discussão intelectual (teológica) e religiosa sobre os "ritos chineses" que congregou a sociedade europeia letrada, mesmo quando não católica romana, e, por outro lado, posicionaram-se no centro geográfico de 'todas as contendidas', tomando parte activa nos acontecimentos históricos.²⁵

A CONCLUIR – os trabalhos da Real Academia de História Portuguesa

As duas colecções supra mencionadas partilham, curiosamente, uma mesma génese geral, embora pareçam apontar para duas motivações personalizadas que, sendo divergentes, indiciam aspectos diferentes de um mesmo reinado. Assim:

- ambas são cópias de arquivos preexistentes, determinadas por perspectivas particulares;
- ambas são originais do séc. XVIII (excepção para 2 códices dos "J. A.") predominantemente do final da década de 30 e da década de 40 de setecentos;
- ambas consubstanciam empreendimentos joaninos representativos da actuação do monarca, principalmente enquanto consubstanciam concretizações da Real Academia de História e da sua missão cultural;
- ambas integram o acervo da Real Biblioteca – parte do fundo "Manuscritos da coroa" – que vai e regressa do Brasil com D. João VI.

Estas características comuns emanam fundamentalmente de uma atitude face aos arquivos, iniciada pela Real Academia de História, enquanto instituição que corporizou o desígnio joanino de organização de uma história do reino com base nas fontes primárias. A sua

²⁵ Referimo-nos aqui especificamente ao papel activo, em Fukien, de Maigrot, à sua associação ao legado papal Maillard de Tournon a partir do seu decreto de proibição dos rituais confucionistas, e as consequências directas deste episódio nas relações dos missionários com a autoridade chinesa imperial. Estas consequências interferiram e complicaram a situação dos padres "portugueses" na China. Relevo ainda aqui a importância destas cópias, do ponto de vista bibliográfico, já que apenas encontrei outro exemplar – além do que suponho na Vaticana sem notícia *online* - do "De religione sínica ..." de Maigrot, na Biblioteca Casanatense, onde falta a primeira dissertação. Vd. lista dos mss. compilada por Eugenio Menegon, art. cit., sob os números 1784 e 1899.

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

constituição, à semelhança de congéneres europeias, foi desde o início apoiada pelo Rei, comprovando-o o decreto da sua instituição. Vale a pena relembrar aqui um pequeno trecho da “Proposição inaugural, proferida pelo seu já eleito Director, P.e Manuel Caetano de Sousa, e na presença da assembleia de sócios - conferentes, escolhidos pelas provas já dadas de conhecimento histórico e isenção intelectual:

(...)

*Conhecendo a vastíssima compreensão de S. Magestade, que a pouca noticia, que o mundo tem das Historias de Portugal, nasce não só de não se acharem escritas na lingua Latina, mas também de não estarem todas impressas na língua Portuguesa. E que este dano só se podia remediar, mandando que se escrevesse em Latim hum corpo de toda a Historia deste Reyno, o qual se dividisse em duas partes, huma Ecclesiastica, & outra Secular; foy servido ordenarme (...), que lhe apontasse os meyo, que me parecessem uteis, para que exacta, & prontamente se pudesse escrever huma, & /fl. 12v./ outra Historia ; (...) os quaes [meios mais proporcionados] todos se reduziaõ a dous, que são **juntar manuscritos, & convocar Escritores**. Acrescentando eu que para huma, & outra cousa **era necessário o poder real, porque sem elle não se abrem os Archivos, nem se descobre o que nelles está** não só recolhido, mas **sepultado**. E sem o impulso soberano não se podem unir muitos engenhos a compor huma só obra, & que para isto se poder conseguir era necessário formarse huma Academia.”* (“Proposição da Academia de Historia Ecclesiastica de Portugal (...). Disse-a por ordem delrey N. Senhor o P. D. Manoel Caetano de Sousa (...).” – in *Colecção de documentos, estatutos e memórias da Academia Real de História... ; T. 1*, fl. 12 (BA 15-XIV-13).

A intenção original, determinada pela avaliação régia de um desconhecimento externo da verdadeira dimensão e potência do reino de Portugal, de juntar os melhores intellectos e escritores para redigirem uma história de Portugal foi operacionalizada por recurso à cópia dos papéis “sepultados” nos arquivos civis e religiosos do reino e veio a encontrar-se com motivações particulares que ‘aproveitaram’ este *momentum* histórico. O programa proposto seria concretizado, então, por traslado executado no local ou por remissão dos originais à Academia, onde seriam copiados e analisados pelo Académico que tivesse a seu cargo a redacção dessa parte da História, regressando depois ao seu local de origem. A ênfase conferida aos documentos, como fonte primeira para a elaboração de uma História de Portugal que seria uma expressão da verdade histórica, revela uma mudança que se concretizou no estabelecimento de uma nova atitude científica perante a História e que se estruturou como uma proposta metodológica e heurística estabelecida para os trabalhos da Academia e como tal já anunciada no decreto da sua fundação que foi ‘firmado pela mão de S. Magestade’ em 8 de Outubro de 1720:

“Decreto porque Elrey N. Senhor D. João o V foy servido **instituir a Academia Real da Historia Portuguesa.**

*Tenho resolutu que se estabeleça hu[m]a Academia, em que se escreva a Historia Ecclesiastica destes Reynos, e **depois** tudo o que pertencer a **toda a Historia deles, e de suas Conquistas**; e porque as noticias necessárias não se acharão só nos livros impressos, e manuscritos, mas estarão nos Archivos : ordenarey por cartas firmadas da minha real mão se participem à Academia todos os papeis, que deles se pedirem, comunicandolhe os Catalogos dos mesmos Archivos, e Cartorios as pessoas, a cujo cargo estão, e os Academicos farão alguns Estatutos para facilitar o seu progresso, e **mos exporão**, para que **eu como Protector da mesma Academia os examine, e aprove**, para que possam ter sua devida execução e vigor. (...). - Lisboa Occidental a 8 de Dezembro de 1720. Com rubrica de Sua Magestade.”*

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

(*Collecçam dos documentos, estauttos, e memórias da Academia Real da Historia Portugueza* (...). - 1721; vol. 1, (op. cit., fl. 11) – BA 15-XIV-13. O método aqui anunciado seria concretizado na "Memoria das noticias que Elrey nosso Senhor ordena se dem à Academia Real da Historia Portuguesa de todos os Cartorios, e Archivos do Reyno." (*ib.*, fl. 33-38) e sistematizado no "Systema ..." proposto pelo Conde da Ericeira e D. Manuel Caetano de Sousa²⁶ que visava a uniformização do processo heurístico e de registo por cópia. As colecções que nos ocupam aqui são também, a par com os inúmeros estudos saídos do prelo da Imprensa da Real Academia – também ela reformada e renovada para poder cumprir os objectivos estabelecidos –, uma expressão tangível deste movimento de "regresso às fontes" que, no caso da Companhia de Jesus, se encontrou com os princípios estatutários fundacionais. No caso da "Rerum...", poderíamos dizer que uma motivação individual – do Comendador Pereira de Sampaio – encontrou eco no clima intelectual do seu tempo e na vontade do seu rei.

No entanto, a sua unidade, enquanto produto do reinado de D. João V, pode ser ainda analisada numa perspectiva diferenciadora, já que a intencionalidade e objectivos das duas colecções manifestam duas actuações da política externa joanina, associadas à individualidade dos projectos em curso e necessidades imediatas de carácter "privado": a promoção externa de Portugal em Roma – inseparável de um projecto individual de carreira profissional –, no caso da *Rerum Lusitanicarum*, e a "salvação" dos arquivos jesuítas perante condicionalismos externos cada vez mais adversos. A intenção régia que as alavanca e percorre é ainda uma confluência de necessidades.

Lembremos, por fim, que a motivação do projecto da Academia estaria nesta década de 40 já longe da euforia que os trabalhos iniciais promoveram e que se manifestou na profusão de obras impressas saídas dos seus prelos entre os anos 20 e finais de 30. É tradicionalmente associada a data de 1736 (ou próxima) à decadência do funcionamento da Academia, o que parece ser confirmado pelo facto da *Colecção de Documentos...*, que historia as reuniões e produções desta instituição, se desenvolver entre 1721 e 1736. E, assim, são estas colecções testemunhos de que os empreendimentos históricos se revitalizam e desenvolvem por situações conjunturais, distantes já da sua origem de projecto régio. A centralização iluminista do poder do rei, já manifesta no reinado joanino em Portugal, pode também ser entendida como uma motivação geral que se desenvolve e anima com todos os que a põem em prática. E daqui nasce a riqueza do conteúdo destas duas colecções, já que, embora seguindo as linhas

²⁶ "Systema da historia Ecclesiastica, & Secular de Portugal, que há de escrever a Academia Real da Historia Portuguesa." / feito pelo Conde da Ericeira e pelo P. D. Manoel Caetano de Sousa" (*ib.*, fl. 45-50v) e desenvolvido pragmaticamente nos *Doze princípios que D. Manuel Caetano de Sousa estabeleceu para o guiarem na sua investigação*. – (op. cit., fl. 210). O programa de trabalhos que levou o P.e José Montanha, S.J., e o P.e José de Jesus Maria, O.F.M., a Macau é o que a Academia tinha previsto debaixo dos títulos da fase de recolha documental, principalmente, 'Dos Arcebispos e Bispos' (fl. 33-34) e 'Das Religioens' (fl. 36-37)

INTERNATIONAL CONFERENCE

A missão jesuíta da China nas coleções da Biblioteca da Ajuda
The Jesuit Mission of China in the Ajuda Library collections

15 de Maio 2017 | 16h00 | Biblioteca da Ajuda

iniciais traçadas para a elaboração da História de Portugal, a sua concretização é moldada por preocupações particulares que as tornam únicas relativamente aos documentos que recolhem.

E é por esta riqueza de conteúdos, passível de ser 'utilizada' por muitas e diferentes linhas de investigação na área das ciências humanas e históricas, que têm sido consideradas um dos *ex-libris* desta Biblioteca, resistindo o seu valor de fontes primárias às visões mais críticas, determinadas por elementos conjunturais que toldam a objectividade da sua avaliação enquanto fontes primárias patrimoniais. E é pelo seu (incontestado) valor para uma compreensão alargada e multifacetada da história geral que julgamos deverem ser conhecidas e utilizadas, trazendo também em si a marca da dedicação e esforço dos inúmeros directores e bibliotecários desta instituição que lhes reconheceram o seu carácter único documental e as preservaram, divulgando-as. Este é mais um pequeno passo no caminho iniciado com o regresso do Brasil destes documentos e que, convictamente, esperamos desenvolver na qualificação dos acessos a estas colecções, com sublinhado para a *Rerum Lusitanicarum*.